

CONTRATO CEDAE N.º **022** /2019 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **RUHRPUMPEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOMBAS HIDRÁULICAS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA MELLO JUNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **RUHRPUMPEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOMBAS HIDRÁULICAS LTDA**, sediada na Rodovia Washington Luiz, nº 13.721, Chácara Rio-Petrópolis, Duque de Caxias – RJ, CEP nº 25.230-005, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.341.399/0002-71, neste ato por meio de seu Diretor ao final assinado, Sr. ALEXANDRE BARROS DA CUNHA, brasileiro, engenheiro, portador do RG nº 09.896.612-0 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 025.992.297-82, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.322/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 373/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Decreto Estadual nº 42.063/2009, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de **"AQUISIÇÃO DE BOMBAS CENTRÍFUGAS BIPARTIDAS DE DUPLA SUÇÃO"**.

Item	Descrição	Qte
01	Bomba Centrífuga Bipartida Horizontal - AMT/VAZÃO: 80mca em 4200m³/H - 100mca em 2400m³/H.	06

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **210 (duzentos e dez) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega realizada de forma integral.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.



**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 373/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;

c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;

d) responder pelo contrato na forma da lei.

e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;

f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propostos à **CEDAE** ou terceiros.

g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Código Orçamentário: 44.90.52.21  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 143110011  
Centro de Custos: DG00040000  
ID da Reserva Orçamentária: 2019000149

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:**

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 1.373.940,00 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta reais)**.

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	06	228.990,00	1.373.940,00

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.



**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 1.373.940,00 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta reais)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.



**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspensos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.



c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO SEXTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO NONO:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.



**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO:** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

**PARÁGRAFO NONO:** A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.





**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo X do Edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** O atraso da CONTRATADA em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A CEDAE se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**



O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;



- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.



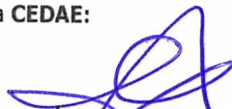
**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO-** Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO-** As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."


E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2019.

Pela **CEDAE**:



**HELIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Presidente



**JOSÉ BANDEIRA MELLO JUNIOR**  
Diretor Administrativo-Financeiro e de  
Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



**ALEXANDRE BARROS DA CUNHA**  
Diretor

Alexandre B. da Cunha  
Diretor Geral  
RuhRPumpen do Brasil  
Engo Mec. CREA 1999.1050.22

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr-**RUHRPUMPEN-DO-BRASIL**-aquisição-de-bombas-centrifugas-bipatidas-PE-373-2018-PMMPD



III - providenciar a substituição imediata dos servidores indicados que se achar impedido na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, ao gestor do contrato, bem como daquele que for transferido de unidade.

**Parágrafo Único** - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a indicação de outro agente público.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019

**VIVIANE CARVALHO**  
Diretora-Geral de Administração e Finanças

Id: 2167803

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE**

DE 12/03/2019

**PROC. Nº E-12/079/826/2018 - RATIFICO** a presente inexistência de licitação para contratação de serviço especializado em disponibilização de atualização de licenças de software ORACLE JOEDWARDS ENTERPRISEONE - conforme solicitação de contratação de serviço nº 097/2018, no valor total de R\$ 30.295,78, com base no inciso I, do artigo 30, da Lei Federal nº 13.303/2016 e com base na manifestação da ASJUP fls.138/141 e a aprovação do Senhor Diretor Administrativo fls.142. Adjudico os serviços à Empresa ORACLE BRASIL SISTEMAS LTDA.

Id: 2167868

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**DESPACHO DO DIRETOR  
DE 11/02/2019**

**PROC. Nº E-01/905.343/1986 - HELIO ALVES PEIXOTO JUNIOR** - Engenheiro, matrícula nº 291.934-8 - **CONCEDO** 90 dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado de 07/11/2012 a 05/11/2017.

Id: 2167616

**FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO****ATO DA PRESIDENTE**

**\*PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8561 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019**

**DISPÕE SOBRE A DELEGACÃO DE COMPE-**  
**TÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE DESPE-**  
**SAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e as que lhe confere o inciso IX do art. 82 da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do mesmo preceito legal.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Delegar competência a RICARDO JOSÉ CARDOSO VILALBA, Id Funcional nº 3220952-9, Diretor de Administração e Finanças, Símbolo VP-2, para, como Ordenador de Despesas, praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Programas de Trabalho 12.122.0002.2660, 12.122.0002.2010, 12.122.0002.8021, 04.122.002.0016, 12.122.0002.0467, 04.122.0196.5429 e 12.122.0002.2018, nos termos de suas atribuições, e, em especial, para:

I - autorizar despesas, emissão de empenhos, movimentação de recursos financeiros e pagamento de despesas, emissão de ordens bancárias e ordens de pagamento;

II - autorizar dispensa e inexistência de licitação;

III - autorizar despesas de pessoal diversos.

**Art. 2º** - Dê-se ciência desta Portaria ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, nos termos do Parágrafo Primeiro do art. 82 e Parágrafo Único do art. 289, ambos da Lei nº 287, de 04.12.1979.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 07 de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria CEPERJ/PR nº 8477, de 09 de fevereiro de 2015.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2019

**MÁRCIA CRISTIANE DE ANDRADE**  
Presidente

\*República por incorreção no original publicada no D.O. de 22/02/2019.

Id: 2167729

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 21/01/2019**

**DESIGNA CARLOS NEVES FONTES**, Técnico Eletromecânica II, como Presidente, **RAFAEL CORREA BRAGA**, Engenheiro A e **JOAO CARLOS RANGEL DE ABREU**, Agente de Saneamento H, como membros titulares e **ROGERIO D SILVA MATOS**, Engenheiro C, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II, bem como **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE BOMBAS CENTRÍFUGAS BIPARTIDAS DE DUPLA SUÇÃO", de que trata o Processo E-07/100.322/2017. Ordem de Serviço "E" nº 15.417/2019.

Id: 2167626

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 08/03/2019**

**DESIGNA OLGA MARIA FARIA DE NAZARETH**, Analista Sup. Sof. E, como Presidente, **MARCOS ANDRE DOS SANTOS FERNANDES**, Analista de Sistemas C e **ROBERTO ALVES DA CRUZ JUNIOR**, Analista Sup. Sof. E, como membros titulares e **GLAUCIO SOARES VASCONCELOS**, Assessor Adjunto, como membro suplente, Gerente do Contrato **CARLOS EDUARDO FERNANDES DE BARROS**, Agente Administrativo F, bem como **ANDERSON MILANEZ CARMO AGOSTINHO**, Analista de Sistemas C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para a "CONTRATAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE - DATA-BRIDGE E INFOCONNECT", de que trata o Processo nº E-07/100.549/2018. Ordem de Serviço P/FIS nº 23.112/00/2019.

Id: 2167439

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 08/03/2019**

**PROCESSO Nº E-07/100.135/2017** - A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE VEM DIVULGAR O CANCELAMENTO da Ata de Registro de Preços nº 0009/2018/247100-01, celebrada com a Empresa SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA, cujo objeto é a "AQUISIÇÃO DE REGISTROS DE GAVETA DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS, com fundamento no inciso I, do artigo 23, do Decreto Estadual nº 44.772/2014, referenciado no Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP CEDAE nº 03/18 (ALC-DP).

Id: 2167440

**DROGAS, DIGA NÃO****Secretaria de Estado de  
Governo e Relações Institucionais****ATO DO SECRETÁRIO****RESOLUÇÃO SEGOVIGAB Nº 05 DE 12 DE MARÇO DE 2019****DESIGNA MEMBROS PARA OS ATOS QUE  
MENCIONA.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os membros do Conselho Gestor do Fundo Especial de Apoio a Programas de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPROCON, nos termos do art. 3º, da Lei Estadual nº 2.592, de 10 de julho de 1996 e do Decreto Estadual nº 44.503, de 29 de novembro de 2013, conforme abaixo:

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SEGOV:**

- **HILTON MOUTINHO RODRIGUES**, Id Funcional nº 5098545-0 - Presidente do Conselho;

- **DANIEL CORTEZ DE S. PEREIRA**, Id Funcional nº 4334016-4.

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA - SECCG, CONFORME INDICADO POR  
MEIO DE COMUNICAÇÃO A SEGOV:**

- **MARCIO DA CUNHA BRAGA**, Id Funcional nº 5657032;

- **CASSIO RODRIGUES BARREIROS**, Id Funcional nº 50792253.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2019

**GUTEMBERG DE PAULA FONSECA**  
Secretário de Estado de Governo e Relações Institucionais

Id: 2167668

**DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 13/01/2019**

**PROCESSO Nº SEI-15/001/001463/2019 - RATIFICO** a dispensa de licitação, em favor da empresa VELOZ TRANSPORTES LTDA., no valor de R\$ 167.780,40 (cento e sessenta e sete mil sete centos e oitenta reais e quarenta centavos), com base no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93; no Parecer Jurídico nº 022/2019 - JFM e sua aprovação em vista da Assessoria Jurídica-Chefe desta Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais (SEGOV); e na forma da autorização do Ordenador de Despesas, conforme preceito do art. 26 do mesmo diploma legal.

Id: 2167700

**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****RETIFICAÇÃO  
DO D.O. DE 02/02/2019**

PÁGINA 11 - 2ª COLUMA

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

Onde se lê:

PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 33 DE 01 DE JANEIRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO SEGOV Nº 021/2018, CRIADO PELA PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 289, DE 28.02.2018, PUBLICADA NO DOERJ DE 19.03.2018.

Leia-se:

PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 33 DE 01 DE JANEIRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO SEGOV Nº 021/2018, CRIADO PELA PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 289, DE 28.02.2018, PUBLICADA NO DOERJ DE 19.03.2018.

Id: 2167481

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA JURÍDICA****DESPACHOS DO DIRETOR-JURÍDICO  
DE 05/07/2018**

**PROCESSO Nº E-24/004/517/2015 - MICROCAMP.**  
**PROCESSO Nº E-24/004/1858/2015 - MABE BRASIL ELETRODOMESTICOS LTDA.**

**PROCESSO Nº E-24/004/281/2015 - MERCADO LIVRE COM. ATIVIDADES DE INTERNET LTDA - DRA AMANDA VIEIRA GUEDES.** - OAB/SP 237.034.

**PROCESSO Nº E-24/004/1877/2015 - MABE BRASIL ELETRODOMESTICOS LTDA. - DRA. MARINA AMORIM FIALES MOREIRA.** - OAB/RJ 256.238.

**PROCESSO Nº E-24/004/3075/2015 - MICROSOFT INFORMATICA LTDA. - DR JULIO CESAR DE VASCONCELOS** - OAB/RJ 149.921.  
**PROCESSO Nº E-24/004/243/2015 - NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - DRA VIVIANE LIRA LOUREIRO** - OAB/RJ 162.359.

**PROCESSO Nº E-24/004/323/2014 - NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - DRA VIVIANE LIRA LOUREIRO** - OAB/RJ 162.359.  
**PROCESSO Nº E-24/004/5252/2015 - NRR DE SÁ ENSINO DE IDIOMA LTDA.**

**PROCESSO Nº E-24/004/1783/2015 - NETSHOES NS2.COM INTERNET. - DR RICARDO EIJZENBAUM.** - OAB/SP 206.365.  
**PROCESSO Nº E-24/004/5518/2015 - NET RIO LTDA. - DR MARCELO NEUMANN** - OAB/RJ 110.501 e DRA PATRICIA SHIMA. - AOB/RJ 126.211.

**PROCESSO Nº E-24/004/974/2016 - TIM CELULAR S/A - DR HUGO FILARDI PEREIRA** - OAB/RJ 120.550 e DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO. - OAB/RJ 20.283.

**PROCESSO Nº E-24/004/4503/2014 - TIM CELULAR S/A - DR HUGO FILARDI PEREIRA** - OAB/RJ 120.550 e DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO. - OAB/RJ 20.283.

**PROCESSO Nº E-24/004/4800/2015 - TIM CELULAR S/A - DR HUGO FILARDI PEREIRA** - OAB/RJ 120.550 e DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO. - OAB/RJ 20.283.

**PROCESSO Nº E-24/004/1581/2016 - TIM CELULAR S/A - DR HUGO FILARDI PEREIRA** - OAB/RJ 120.550 e DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO. - OAB/RJ 20.283.

**PROCESSO Nº E-24/004/2062/2014 - TIM CELULAR S/A - DRA LÍDIA RICARDO PICONI DE FARIA** - OAB/RJ 179.516.  
**PROCESSO Nº E-24/004/8335/2013 - TIM CELULAR S/A - DR HUGO FILARDI PEREIRA** - OAB/RJ 120.550 e DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO. - OAB/RJ 20.283.

**PROCESSO Nº E-24/004/2128/2016 - TIM CELULAR S/A - DR HUGO FILARDI PEREIRA** - OAB/RJ 120.550 e DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO. - OAB/RJ 20.283.

**PROCESSO Nº E-24/004/1417/2015 - TIM CELULAR S/A - DR HUGO FILARDI PEREIRA** - OAB/RJ 120.550 e DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO. - OAB/RJ 20.283.

**PROCESSO Nº E-24/004/4063/2015 - TIM CELULAR S/A - DR HUGO FILARDI PEREIRA** - OAB/RJ 120.550 e DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO. - OAB/RJ 20.283.

**DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS PROCESSOS ACIMA RELACIONADOS.**

Id: 2167664

**AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA JURÍDICA****DESPACHOS DO DIRETOR JURÍDICO  
DE 18/02/2019**

**PROCESSO Nº E-15/003/1460/2016 - CRSB BAR E RESTAURANTE LTDA.**

**PROCESSO Nº E-24/004/755/2015 - EMPRESA CINEMAS SÃO LUIZ S/A - DR MARCOS ALBERTO SANT'ANIBETELLI.** - OAB/RJ 2607-A e DRA ANDREA MARIA RODRIGUES. - OAB/RJ 102.236.

**PROCESSO Nº E-24/004/1836/2016 - WERNER CENTRO - DR CARLOS SCHUBERT** - OAB/RJ 70208.  
**PROCESSO Nº E-24/004/1481/2016 - EDITORA GLOBO - DR. GUSTAVO VISEU.** - OAB/SP 117.417.

**PROCESSO Nº E-15/003/1065/2018 - CLARO S/A - DRA LETICIA ALVES DE PAULA.** - OAB/RJ 176.425.  
**PROCESSO Nº E-24/004/1318/2016 - EDITORA GLOBO - DR. GUSTAVO VISEU.** - OAB/SP 117.417.

**PROCESSO Nº E-24/004/1912/2016 - EDITORA GLOBO - DR. GUSTAVO VISEU.** - OAB/SP 117.417.

**NEGO PROVIMENTO** ao recurso e mantendo a decisão proferida em primeira instância pelos seus próprios fundamentos. Dessa forma, ficam intimadas as empresas supracitadas para o pagamento da multa fixada nos autos dos processos epígrafados, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2167659

**AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****1ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA JULGADORA****DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE  
DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
DE 21/02/2017**

**PROCESSO Nº E-24/004/3774/2014 - SPRINGER CARRIER LTDA - DR. MARCIO LOUZADA CARPENA** - OAB/RS 46.582. **NOTIFICO** a empresa supracitada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da presente publicação, para apresentar RECURSO contra a decisão de primeira instância que impôs a sanção de multa nos processos administrativos a epígrafe, na forma do artigo 30 da Lei Estadual nº 6.007/2011; ou, em não desejando recorrer, deverá o fornecedor efetuar o pagamento do valor da multa em 30 (trinta) dias corridos, também contados a partir da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2167699

**Secretaria de Estado de Fazenda****SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****ATOS DA SUPERINTENDENTE****PORTARIA SUPAFI Nº 182 DE 08 DE MARÇO DE 2019****INSTAURA SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-04/172/20/2019,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Instaurar Sindicância para, no prazo de 30 (trinta) dias, emitir parecer conclusivo quanto aos fatos de que trata o Processo nº E-04/172/20/2019, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º** - A Sindicância, que trata o artigo anterior, será integrada pela servidora JULIANA RIBEIRO DO AMARAL TEIXEIRA, Id Funcional 4398767-2.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Rio de Janeiro, 08 de março de 2019

**DÉBORA PECANHA GONÇALVES**  
Superintendente de Administração e Finanças

Id: 2167635

**PORTARIA SUPAFI Nº 183 DE 11 DE MARÇO DE 2019****INSTAURA SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº E-04/182/331/2018,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Instaurar Sindicância para, no prazo de 30 (trinta) dias, emitir parecer conclusivo quanto aos fatos de que trata o Processo nº E-04/182/331/2018, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º** - Designar para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Sindicância, consoante os termos do art. 1º desta Portaria, os seguintes servidores:

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA:**

**HÉLIO JOAQUIM DA CUNHA JUNIOR** - Identificação Funcional nº 2849555-1

**WILSON SANTIAGO DA SILVA** - Identificação Funcional nº 4418460-3

**JULIANA RIBEIRO DO AMARAL TEIXEIRA** - Identificação Funcional nº 4398767-2

**Art. 3º** - Tornar sem efeito Portaria SUPAFI nº 148, de 21 de novembro de 2018, publicado no D.O. de 23 de novembro de 2018.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019

**DÉBORA PECANHA GONÇALVES**  
Superintendente de Administração e Finanças

Id: 2167636

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****ATO DA SUPERINTENDENTE  
DE 11/03/2019**

**APOSENTA EDUARDO DOS SANTOS MENDES**, Analista da Fazenda Estadual, Identidade Funcional nº 1945254-3 e Matrícula nº 0.181.950-7, do Quadro Permanente da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo nº E-04/204/285/2019.

Id: 2167541

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****DESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
DE 11/03/2019**

**PROCESSO Nº E-04/106/930/2009 - CARLOS DA SILVA RIBEIRO**, Agente e Fazenda 1ª Categoria, Id. Funcional nº 1956553-4 e matrícula nº 0.185.239-1. **AUTORIZO**, para fins de aposentadoria, nos termos do art. 18, § 2º, do Decreto-Lei nº 220/75, a contagem em dobro dos períodos de férias não gozadas relativas aos exercícios de 1987 e 1997.

Id: 2167543

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****DESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
DE 11.03.2019**

**PROCESSO Nº E-04/065.136/2009 - YNALDO CARRAMANHOS FOLENA**, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Id. Funcional nº 1942397-7, com validade a contar de 07.03.2019. **AUTORIZO** o gozo da Licença Prêmio.

Id: 2167540

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE  
DE 11.03.2019**

**PROCESSO Nº E-04/175.122/1997 - CLAUDIA HERSZENHUT**, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Id. Funcional nº 1941447-1, com validade a contar de 13.



AVISOS, EDITAIS E  
TERMOS DE CONTRATOSSecretaria de Estado da  
Casa Civil e Governança

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 06 ao Contrato IO nº 19/2013.  
**FUNDAMENTO:** Art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.  
**PARTE:** Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e a ENFE-  
MED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA - EPP.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência por 6 meses.  
**VALOR:** R\$ 106.819,52 (cento e seis mil seiscentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos).  
**PROGRAMA DE TRABALHO:** 2151.22.122.0002.2016 - NATUREZA  
DE DESPESA 00100.3104.082.  
**DATA DE ASSINATURA:** 12/03/2019.  
**PROCESSO Nº E-12/079/640/2013.**

Id: 2167852

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 022/2019 (DF).  
**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-  
DAE e a RUHRPUMPEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE  
BOMBAS HIDRAULICAS LTDA.  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE BOMBAS CENTRÍFUGAS BIPARTIDAS DE  
DIFUSA SUÇÃO.  
**PRazo:** 210 (duzentos e dez) dias.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 1.373.940,00 (um milhão, trezentos e setenta e  
três mil novecentos e quarenta reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 07/03/2019.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.322/2017 (Pregão Eletrônico nº  
373/2018).

Id: 2167625

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
AVISO

**CONTRATO CEDAE nº 066/2018 (DM) / Notificações nos 009/2018 -  
DM e 019/2018 - DM.**  
**PARTE:** Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e EMIS-  
SÃO S.A.  
**DECISÃO:** A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE re-  
solve, por meio de seu Diretor-Presidente, NOTIFICAR a contratada,  
que entra em vigor, a partir da data desta publicação, a sanção de  
MANter a penalidade de aplicação de multa de 1% (um por cento) do  
saldo remanescente do Contrato CEDAE nº 066/2018 (DM), que  
atualmente perfaz o montante de R\$ 226.851,23 (duzentos e vinte e  
seis mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos), com  
fulcro no item 14.1, alínea "b", bem como no item 14.4 da cláusula  
décima-quarta do Contrato e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, haja vista  
que não houve manifestação de defesa no prazo concedido.

Id: 2167676

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
AVISO

**CONTRATO CEDAE nº 066/2018 (DM) / Notificações nºs 023/2018 -  
DM e 002/2019 - DM.**  
**PARTE:** Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e EMIS-  
SÃO S.A.  
**DECISÃO:** A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE re-  
solve, por meio de seu Diretor-Presidente, NOTIFICAR a contratada,  
que entra em vigor, a partir da data desta publicação, a sanção de  
INDEFERIR o recurso administrativo interposto pela EMISSÃO S.A.,  
através do RD-RJ nº 0636/2019, autuado às fls. 12.276 a 12.283 do  
Processo nº E-17/100.429/15, e MANTER a penalidade de aplicação  
de multa de 3,5% (três e meio por cento) do saldo remanescente do  
Contrato CEDAE nº 066/2018 (DM), que atualmente perfaz o montan-  
te de R\$ 763.320,45 (setecentos e sessenta e três mil trezentos e  
vinte reais e quarenta e cinco centavos), com fulcro no item 14.1, alí-  
nea "b", bem como no item 14.4 da cláusula décima-quarta do Con-  
trato e no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Id: 2167677

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
AVISO

**CONTRATO CEDAE nº 067/2018 (DM) / Notificações nºs 010/2018 -  
DM e 012/2018 - DM.**  
**PARTE:** Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e EMIS-  
SÃO S.A.  
**DECISÃO:** A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE re-  
solve, por meio de seu Diretor-Presidente, NOTIFICAR a contratada,  
que entra em vigor, a partir da data desta publicação, a sanção de  
MANter a penalidade de aplicação de multa de 1% (um por cento) do  
saldo remanescente do Contrato CEDAE nº 067/2018 (DM), que  
atualmente perfaz o montante de R\$ 333.553,02 (trezentos e trinta e  
três mil quinhentos e cinquenta e três reais e dois centavos), com  
fulcro no item 14.1, alínea "b", bem como no item 14.4 da cláusula  
décima-quarta do Contrato e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, haja vista  
que não houve manifestação de defesa no prazo concedido.

Id: 2167678

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
AVISO

**CONTRATO CEDAE nº 067/2018 (DM) / Notificações nºs 024/2018 -  
DM e 003/2019 - DM.**  
**PARTE:** Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e EMIS-  
SÃO S.A.  
**DECISÃO:** A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE re-  
solve, por meio de seu Diretor-Presidente, NOTIFICAR a contratada,  
que entra em vigor, a partir da data desta publicação, a sanção de  
INDEFERIR o recurso administrativo interposto pela EMISSÃO S.A.,  
através do RD-RJ nº 0637/2019, autuado às fls. 12.285 a 12.292 do  
presente processo, e MANTER a penalidade de aplicação de multa de  
3,5% (três e meio por cento) do saldo remanescente do Contrato CE-  
DAE nº 067/2018 (DM), que atualmente perfaz o montante de R\$  
1.169.900,95 (um milhão, cento e sessenta e nove mil novecentos  
reais e noventa e cinco centavos), com fulcro no item 14.1, alínea "b",  
bem como no item 14.4 da Cláusula Décima Quarta do Contrato e no  
art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Id: 2167679

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
AVISO

**CONTRATO CEDAE nº 068/2018 (DM) / Notificações nºs 011/2018 -  
DM e 020/2018 - DM.**  
**PARTE:** Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e EMIS-  
SÃO S.A.  
**DECISÃO:** A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE re-  
solve, por meio de seu Diretor-Presidente, NOTIFICAR a contratada,  
que entra em vigor, a partir da data desta publicação, a sanção de  
MANter a penalidade de aplicação de multa de 2% (dois por cento) do  
saldo remanescente do Contrato CEDAE nº 068/2018 (DM), que  
atualmente perfaz o montante de R\$ 842.935,50 (oitocentos e qua-  
renta e dois mil novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta cen-

tavos), com fulcro no item 14.1, alínea "b", bem como no item 14.4 da  
cláusula décima-quarta do Contrato e no art. 87 da Lei nº 8.666/93,  
haja vista que não houve manifestação de defesa no prazo concedido.

Id: 2167680

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
AVISO

**CONTRATO CEDAE nº 068/2018 (DM) / Notificações nºs 025/2018 -  
DM e 004/2019 - DM.**  
**PARTE:** Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e EMIS-  
SÃO S.A.  
**DECISÃO:** A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE re-  
solve, por meio de seu Diretor-Presidente, NOTIFICAR a contratada,  
que entra em vigor, a partir da data desta publicação, a sanção de  
INDEFERIR o recurso administrativo interposto pela EMISSÃO S.A.,  
através do RD-RJ nº 0638/2019, autuado às fls. 12.294 a 12.301 do  
presente processo, e MANTER a penalidade de aplicação de multa de  
3,5% (três e meio por cento) do saldo remanescente do Contrato CE-  
DAE nº 068/2018 (DM), que atualmente perfaz o montante de R\$  
1.475.137,13 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil cento e  
trinta e sete reais e treze centavos), com fulcro no item 14.1, alínea  
"b", bem como no item 14.4 da cláusula décima-quarta do Contrato e  
no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Id: 2167681

Secretaria de Estado de  
Governança e Relações Institucionais

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato nº 001/2019.  
**PARTE:** Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado  
de Governo e a empresa VELOZ TRANSRIO TRANSPORTE LTDA.  
**OBJETO:** Prestação de serviços de locação e manutenção de 20 (vin-  
te) veículos tipo Hatch, adequados, sem fornecimento de motorista e  
combustível, para atendimento de demandas da Operação Barreira Fiscal.  
**PRazo:** 180 (cento e oitenta) dias.  
**DATA DA ASSINATURA:** 11/03/2019.  
**VALOR:** R\$ 167.780,40 (cento e sessenta e sete mil setecentos e o-  
tenta reais e quarenta centavos).  
**FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93.  
**PROCESSO Nº SEI-15/001/001463/2019.**

Id: 2167744

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**"INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2017.  
**PARTE:** O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Es-  
tado de Governo e a empresa GUARILHA DISTRIBUIDORA DE ALI-  
MENTOS LTDA.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 026/2017,  
que tem como objeto, o fornecimento de 2.400 (dois mil e quatrocen-  
tos) galões de água, para atender a Operação Centro Presente.  
**PRazo:** 12 (doze) meses a contar de 04/01/2019.  
**VALOR DO TERMO:** R\$ 21.576,00 (vinte e um mil quinhentos e se-  
ta e seis reais).  
**DATA DA ASSINATURA:** 02/01/2019.  
**FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93.  
**PROCESSO Nº E-15/001/00060/2017.**  
\*Omitido no D.O. de 04/01/2019.

Id: 2167697

## Secretaria de Estado de Fazenda

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**"INSTRUMENTO:** 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2018 - Termo  
Contratual nº 003/2019.  
**PARTE:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA  
DE ESTADO DE FAZENDA e o BANCO BRADESCO S.A.  
**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do  
prazo de vigência do Contrato nº 003/2018, relativo à prestação dos  
serviços de arrecadação de tributos estaduais, por intermédio da Guia  
Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE e respectiva  
prestação de contas pelo AGENTE ARRECADADOR.  
**PRazo:** 12 (doze) meses, contados a partir de 19/02/2019.  
**DATA DA ASSINATURA:** 14/02/2019.  
**FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/1993.  
**PROCESSO Nº E-04/17/62/2017.**  
\*Omitido no D.O. de 19/02/2019.  
**"INSTRUMENTO:** 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2015 - Termo  
Contratual nº 005/2019.  
**PARTE:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA  
DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa ELEVADORES OTIS LTDA.  
**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do  
prazo de vigência do Contrato nº 001/2015, relativo à prestação de  
serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e assistência  
técnica de elevadores de passageiros, com ferramental técnico e co-  
bertura de materiais, em quatro elevadores da marca OTIS, modelo  
VM3, capacidade para 19 (dezenove) passageiros cu 1330 (hum mil  
trezentos e trinta) kg, situados na Av. Erasmo Braga nº 118, Centro,  
Rio de Janeiro, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº  
8.666/93 e na Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro do Contrato, as-  
sim como a concessão do reajuste contratual, com fundamento no art.  
55, inciso III da Lei nº 8.666, de 1993, e na Cláusula Nona, Parágrafo  
Oitavo do Contrato.  
**VALOR:** R\$ 83.436,00 (oitenta e três mil quatrocentos e trinta e seis  
reais).  
**PRazo:** 12 (doze) meses, contados a partir de 23/02/2019.  
**DATA DA ASSINATURA:** 22/02/2019.  
**PROGRAMA DE TRABALHO:** 2001.04.122.0002.2016  
**NATUREZA DAS DESPESAS:** 3390.39.70  
**NOTA DE EMPENHO:** 2019NE0100  
**FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/1993.  
**PROCESSO Nº E-01/004/976/2014.**  
\*Omitido no D.O. de 25/02/2019.

Id: 2167698

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR  
NOVA IGUAÇU - AFR 35.01

## EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AFR 35.01 - NOVA IGUAÇU, no  
uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento do  
contribuinte responsável pela firma, abaixo citada, no prazo de cinco  
dias, a partir da data da ciência, conforme inciso IV, art. 38, Decreto  
nº 2473/79, para apresentar os documentos e informações, abaixo re-  
lacionados, referentes ao período de 21/08/2014 até 31/08/2018, em  
atendimento às solicitações do Auditor Fiscal da Receita Estadual  
Leonardo Maia de Almeida, Mat. 30011506, realizada através da In-  
timação nº 513007-30/1 do RAF nº 513007-30-04 APURARIE.

## Exigências:

- Registro de Entradas;
- Registro de Saídas;
- Registro de Apuração de ICMS;
- Registro de Inventário;
- Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocor-  
rência;
- Documentos Fiscais de Entrada e Saída;
- Apresentar comprovante de pagamento (cópia de cheques, extratos  
bancários, comprovante de transferência, etc) de todas as notas fis-  
cais recebidas no período de 21/08/2014 até 31/08/2018 dos con-  
tribuintes: EDVABE ALIMENTOS EIRELI, IE 86.971.020, RST-TELL  
2015 METAIS EIRELI, IE 86932580 e AULEX RECICLAGEM IN-  
DÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA, IE 86992175.
- Apresentar comprovante de pagamento (cópia de cheques, extratos  
bancários, comprovante de transferência, etc) de todas as notas fis-

cais recebidas no período de 21/08/2014 até 31/10/2015;  
- O não cumprimento das exigências poderá acarretar o cancelamento  
da inscrição estadual nos termos do art. 60 e seguintes do Anexo I,  
da Parte II, da Resolução nº SEFAZ 720/2014.

Empresa: NEW FARIA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICO EIRE-  
LI.  
Endereço: Rua dos Crisântemos, nº 22, parte, Bairro Nova Piam, Bel-  
ford Roxo - RJ, cep 26115-080.  
Inscrição Estadual nº 86.757.451.

Id: 2167692

CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA  
AVISODISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE OFÍCIOS  
POR SORTEIO

Na Sessão da Terceira Câmara a ser realizada no dia 18 de março  
de 2019, às 14h30min, serão distribuídos, através de sorteio efetuado  
pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Re-  
cursos:

RECURSO	PROCESSO Nº	NOME / RAZÃO SOCIAL
73.069	E-04/041/469/2017	MARIANA JATAYH RIZZO SOA- RES
73.115	E-04/031/593/2017	MAXX PACK IND. COM. DE PLÁSTICOS.
73.116	E-04/044/231/2017	PLATINUM DISTRIB. BEBIDAS E ALIMENTOS
73.132	E-04/041/1605/2016	EDILEUZA SEVERO DA COSTA
73.131	E-04/024/1114/2015	JOSÉ MARIANO
73.050	E-04/046/101518/2018	ELIANA DOS SANTOS RAMOS.
73.072	E-04/034/4800/2018	BCR COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A
73.067	E-04/034/100557/2018	LAS PALMAS FRUTICOLA LTDA.
73.125	E-04/034/100723/2018	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A.
73.247	E-04/035/100145/2018	BEACH GEAR IMPORT. EXPORT. LTDA
73.222	E-04/091/1127/2017	TVC REPRESENTAÇÕES S/C LT- DA.
73.087	E-04/034/102767/2018	HB MULTISERVIÇOS LTDA.
73.225	E-04/008/201/2017	C R MIX CONCRETAGEM E CONSTRUÇÃO
73.097	E-04/029/1668/2017	GERANIUS POSTO E ARTESA- NATOS LTDA.
73.058	E-04/037/402/2017	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
73.068	E-04/037/403/2017	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
73.128	E-04/037/409/2017	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
73.078	E-04/038/166/2015	MULTIBLOCO DE ARTEJATOS LTDA
73.230	E-04/029/1233/2017	RECHEIO FRUTAS E LEGUMES LTDA
73.280	E-04/016/1959/2017	QUEBRA VENTO IND. E COM. DE ROUPAS.
73.284	E-04/016/1952/2017	QUEBRA VENTO IND. E COM. DE ROUPAS.
72.809	E-04/037/327/2017	PETROLEO BRASILEIRO S/A.
72.784	E-04/007/274/2017	IPANEMA COUNTRY CAFE LTDA
73.058	E-04/034/100718/2018	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A.
73.092	E-04/034/100722/2018	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A.
69.170	E-04/030/107/2017	LAJOTA PRIMUS EMP. IMOBILIÁ- RIOS

Id: 2167661

CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA  
AVISODISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS VOLUNTÁRIOS  
POR SORTEIO

Na Sessão da Terceira Câmara a ser realizada no dia 18 de março  
de 2019, às 14h30min, serão distribuídos, através de sorteio efetuado  
pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Re-  
cursos:

RECUR- SO	PROCESSO Nº	NOME / RAZÃO SOCIAL
71.555	E-04/044/287/2017	AMBEV S/A
73.202	E-04/046/532/2016	REFINARIA PETRÓLEO MANGUI- NHOS
73.135	E-04/011/77/2018	OGGI SORVETES LTDA.
73.196	E-04/046/101149/2018	COL CENTRO OESTE LOGISTI- CA LTDA.
73.161	E-04/034/7326/2016	SEB DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS
69.900	E-04/040/1440/2015	HORTIGIL HORTIFRUTS S/A.
69.991	E-04/040/1476/2015	HORTIGIL HORTIFRUTS S/A.
72.473	E-04/040/1006/2017	VIA VAREJO S/A.
72.000	E-04/036/11/2018	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
72.964	E-04/036/100024/2018	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A.
72.965	E-04/036/100025/2018	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A.
72.966	E-04/036/100030/2018	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A.
72.960	E-04/040/1550/2017	ORGANIZAÇÃO MARINGÁ LTDA.
72.977	E-04/040/1546/2017	ORGANIZAÇÃO MARINGÁ LTDA.
72.978	E-04/034/2545/2018	RDF COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
72.049	E-04/024/1754/2016	OLEOGENOSA COM. RECICLA- GEIS VEGETAIS
51.562	E-04/108223/2011	LUA NOVA IND. COM. PROD. ALIMENTÍCIOS.
72.599	E-04/006/1605/2016	KITCHENS DECORAÇÕES E PLANEJAMENTO
69.006	E-04/022/2902/2016	PLAZA 2000 ACESSÓRIOS E CALÇADOS LTDA.
72.336	E-04/041/224/2018	SYLVIA CARLA BARRETO DE AZEVEDO
61.766	E-04/029/1368/2013	ONIX JOIAS E RELÓGIOS LTDA.

Id: 2167662

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AVISOS

O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA, através da Comissão Permanente  
de Licitação, instituída pela Portaria RIOPREVIDÊNCIA nº 345/2018, e  
tendo em vista o que consta do Processo nº E-01/060/4654/2016, tor-